

A Comuna de Paris*

Karl Marx

Na madrugada do dia 18 de Março, Paris foi despertada por um clamor de gritos: “Vive la Commune!”. Que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta o espírito burguês?

“Os proletários da capital” — dizia o Comitê Central no seu manifesto do 18 de Março — “no meio dos fracassos e das traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos [...]. Compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”.

Mas a classe operária não pode simplesmente apossar-se máquina do Estado tal como existe e fazê-la funcionar para os seus próprios fins.

O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura — órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho — tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da classe burguesa nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. Contudo, o seu desenvolvimento permanecia obstruído por toda a espécie de entulhos medievais, direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e de guilda e constituições provinciais. A escova gigantesca da Revolução Francesa do século dezoito levou todas estas relíquias de tempos idos, limpando assim, simultaneamente, o terreno social dos seus últimos embaraços para a superestrutura do edifício do Estado moderno erguido sob o primeiro Império, ele próprio fruto das guerras de coalizão da velha Europa semifeudal contra a França moderna. Durante os regimes subsequentes, o governo, colocado sob controle parlamentar — isto é, sob o controle direto das classes proprietárias, não apenas se

* Tradução de Nildo Viana.

tornou um viveiros de enormes dívidas nacionais e de impostos esmagadores; com os seus irresistíveis atrativos de lugares, proventos e clientela, não apenas se tornou o pomo de discórdia entre facções rivais e aventureiros das classes dominantes; mas o seu carácter político mudou simultaneamente com as mudanças econômicas realizadas da sociedade. Simultaneamente com o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o carácter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de cada revolução, que indique uma nova fase na luta de classes, o carácter puramente repressivo do poder de Estado revela seus traços cada vez mais nítidos. A Revolução de 1830, que resultou na transferência de governo dos senhores da terra para os capitalistas, transferiu-o dos mais remotos para os mais diretos antagonistas dos operários. Os republicanos burgueses, que em nome da Revolução de Fevereiro tomaram o poder de Estado, serviram-se dele para os massacres de Junho, a fim de convencerem a classe operária de que a república “social” significava a República que assegurava a sua sujeição social e a fim de convencerem a massa monárquica da classe burguesa e dos senhores de terras de que podiam deixar com segurança os cuidados e emolumentos do governo aos “republicanos” burgueses. Contudo, após o seu único feito heroico de Junho, os republicanos burgueses tiveram de recuar da frente para a retaguarda do “partido da ordem” – uma combinação formada por todas as frações e facções rivais no interior das classes apropriadoras, no seu antagonismo, agora abertamente declarado, contra as classes produtoras. A forma adequada do seu governo do capital associado foi a república parlamentar, com Louis Bonaparte por presidente. Foi um regime de expresso terrorismo de classe e de insulto deliberado para com a “vil multidão”. Se a república parlamentar, como dizia M. Thiers, “as dividia ao mínimo” (as diferentes frações da classe dominante), ela abria um abismo entre esta classe e o corpo inteiro da sociedade fora das suas reduzidas fileiras. A sua união eliminava as restrições que suas discórdias impunham ao poder do estado sob regimes anteriores, e, diante da ameaça de isolamento do proletariado, se serviram do poder estatal sem piedade e com ostentação, como sendo uma máquina nacional de

guerra do capital contra o trabalho. Na sua ininterrupta cruzada contra as massas produtoras, ela foi forçada, contudo, não só a investir o executivo de poderes de repressão cada vez maiores, mas, ao mesmo tempo, a despojar a sua própria fortaleza parlamentar — a Assembleia Nacional — de todos os seus meios de defesa, um após outro, contra o executivo. Isto até que a figura de Louis Bonaparte lhe desse um pontapé. O fruto natural da república do “partido da ordem” foi o segundo Império.

O Império, tendo o golpe de estado como certidão de nascimento, o sufrágio universal como sanção e a espada como cetro, declarava apoiar-se no campesinato, essa larga massa de produtores não envolvida diretamente na luta do capital e do trabalho. Declarava salvar a classe operária quebrando o parlamentarismo e, com ele, a indisfarçada subserviência do governo às classes proprietárias. Declarava salvar as classes proprietárias mantendo a supremacia econômica destas sobre a classe operária; e declarava, finalmente, unir todas as classes, fazendo reviver para todas a quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. O Império foi declarado em todo o mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por uma exibição de luxúria suntuosa sem pudor, falsa e envilecida. O poder de Estado, aparentemente flutuando sob a sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo desta sociedade e o autêntico viveiro de todas as suas corrupções. A sua própria podridão e a podridão da sociedade que ele havia salvo foram postas a nu pela baioneta da Prússia, ela própria ávida por transferir de Paris para Berlim a sede suprema deste regime. Ao mesmo tempo, o imperialismo¹ é a forma mais corrupta e também a última forma do poder de Estado que a sociedade burguesa nascente tinha começado a elaborar como um meio da sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa plenamente

¹ Regime imperial (NT).

desenvolvida tinha finalmente transformado num meio para a escravização do trabalho pelo capital.

A antítese direta do Império era a Comuna. O grito de “república social” com o qual a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não fez mais do que expressar uma vaga aspiração por uma república que não superasse apenas a forma monárquica da dominação de classe, mas com a própria dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva desta república.

Paris, a sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, a fortaleza social da classe operária francesa, levantara-se em armas contra a tentativa de Thiers e dos Rurais para restaurar e perpetuar o velho poder governamental que o Império deixara de herança. Paris apenas pôde resistir porque, em consequência do cerco, se desembaraçou do exército e o substituiu por uma Guarda Nacional que era, na sua massa, composta por operários. Este fato tinha agora de ser transformado numa instituição. Por isso, o primeiro decreto da Comuna foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.

A Comuna era formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A maioria dos seus membros eram, naturalmente, operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna não havia de ser um corpo parlamentar e sim uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e substituível em qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Todos os servidores públicos, desde os membros da Comuna, deveriam receber *salários de operários*. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna. Uma vez suprimido o exército permanente e a polícia, elementos da força física do

antigo governo, a Comuna estava desejosa de quebrar a força espiritual de repressão, o “poder dos padres”, pelo dismantelamento e expropriação de todas as igrejas como instituições proprietárias. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo desembaraçadas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas a própria ciência liberta dos grilhões que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto.

Os funcionários judiciais haviam de ser despojados daquela falsa independência que só tinha servido para mascarar a sua abjeta subserviência a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, eles tinham prestado e quebrado juramento de fidelidade. Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juízes haviam de ser eletivos, responsáveis e substituíveis.

A Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o *regime comunal* em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado teria de dar lugar, inclusive nas províncias, ao autogoverno dos produtores. No breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política mesmo dos menores povoados do campo, e que nos distritos rurais o exército permanente havia de ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrariam seus assuntos coletivos através de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente e tais assembleias, por sua vez, enviariam delegados à Assembleia Nacional de Delegados de Paris, sendo todos substituíveis a qualquer momento e estariam constrangidos ao *mandato imperativo* (instruções formais) de seus eleitores. As poucas, mas importantes funções que ainda restariam a um governo central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira deturpada, mas executadas por agentes comunais, e, por conseguinte, estritamente responsáveis. A unidade da nação não seria suprimida, mas, pelo contrário, organizada pelo regime comunal e convertida em uma realidade ao destruir o poder de Estado, que pretendia ser

a encarnação daquela unidade, independente e superior à própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária. Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental haviam de ser amputados, as suas funções legítimas haviam de ser arrancadas a uma autoridade que usurpava a preeminência sobre a própria sociedade e restituídas aos agentes responsáveis da sociedade. Em vez de decidir uma vez a cada três ou seis anos que membros da classe dominante haveriam de “representar” e esmagar o povo no parlamento, o sufrágio universal havia de servir o povo organizado em Comunas, da mesma forma que a escolha individual serve aos patrões que buscam operários e administradores para seus negócios. E é conhecido por todos que tanto as empresas como os indivíduos, quando se trata de negócios, sabem geralmente como colocar o homem certo no lugar correspondente e, se por acaso erram, sabem corrigi-lo com rapidez. Por outro lado, nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal pela investidura hierárquica. Geralmente, as criações históricas completamente novas estão destinadas a ser tomadas por uma reprodução de formas velhas, inclusive mortas, da vida social, com as quais podem apresentar alguma semelhança. Assim, essa nova Comuna, que destrói o poder estatal moderno, foi confundida com uma reprodução das comunas medievais, que, tendo precedido a este Estado, e logo lhe serviram de base. O regime comunal foi tomado erroneamente como uma tentativa de fracionar, como sonhavam Montesquieu e os girondinos, essa unidade de grandes nações em uma federação de pequenos Estados, que, em suas origens, foi instaurada pela violência e se converteu hoje em um poderoso fator de produção social. O antagonismo entre a Comuna e o poder estatal foi de forma equivocada apresentado como uma forma exagerada da velha luta contra o excessivo centralismo. Circunstâncias históricas peculiares podem, em outros países, ter impedido o desenvolvimento clássico da forma burguesa de governo, tal como se deu na França, e ter permitido, como na Inglaterra, completar nas cidades dos grandes órgãos centrais do Estado com assembleias paroquiais (vestroes) corruptas, conselheiros traficantes e ferozes administradores de assistência pública, e, no campo, com juízes virtualmente hereditários.

O regime comunal devolveu ao organismo social todas as forças que até então vinha absorvendo o estado parasita, que se nutre, à custa da sociedade e entorpece o seu livre movimento. Apenas com este fato iniciava a regeneração da França. A burguesia das cidades da província francesa via na Comuna uma tentativa de restaurar o predomínio que ela tinha exercido sobre o campo sob Luis Felipe e que, sob Luis Napoleão, foi suplantado por um suposto predomínio do campo sobre a cidade. Na realidade, o regime comunal colocava os produtores do campo sob a direção intelectual das capitais de seus distritos, oferecendo-lhes, nas pessoas dos operários, o representantes naturais de seus interesses. A própria existência da Comuna implicava, evidentemente, a autonomia municipal, porém não mais como um contrapeso a um poder estatal, desnecessário a partir desse momento. Somente na cabeça de Bismarck, que, quando não está envolvido em suas intrigas de sangue e ferro, gosta de voltar à sua antiga ocupação, que tão bem se encaixa em seu calibre mental, de colaborador do *Kladderatsch* (o *Punch* de Berlin), só em tal cabeça se poderia atribuir à Comuna de Paris a aspiração de reproduzir aquela caricatura da organização municipal francesa de 1791, que é a organização municipal da Prússia, na qual a administração das cidades fica rebaixada ao papel de simples roda secundária da maquinaria policial do Estado prussiano. Essa palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, “um governo econômico”, foi convertida em realidade ao destruir as duas grandes fontes de gastos: o exército permanente e a burocracia do Estado. A sua existência pressupunha a não existência da monarquia, que, pelo menos na Europa, é o apoio normal e o disfarce indispensável da dominação de classe. A Comuna concedeu à República uma base de instituições realmente democráticas. Porém, nem o governo econômico, nem a “verdadeira República” constituíam sua meta final, não eram mais que fenômenos simultâneos.

A variedade de interpretações a que foi submetida a Comuna e a variedade de interesses que a interpretaram a seu favor, demonstram que era uma forma política perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo que foram todas fundamentalmente repressivas. Reside aqui o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora

contra a classe apropriadora, a forma política finalmente descoberta que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho.

Sem esta última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. Portanto, a Comuna devia ser a alavanca para abolir as bases econômicas sobre as quais repousa a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Com a emancipação do trabalho, cada homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser atributo de uma classe.

É um estranho fato. Apesar de tudo que se falou e escreveu com tanta abundância durante os últimos sessenta anos acerca da emancipação do trabalho, basta os operários, em algum lugar, tomar resolutamente o processo em suas mãos, volta a ressoar imediatamente toda a fraseologia apologética dos porta-vozes da sociedade atual, com suas duas extremidades, o capital e a escravidão assalariada (hoje, o latifundiário não é mais que um sócio submisso do capitalista), como se a sociedade capitalista estivesse em seu estado mais puro de inocência virginal, com seus antagonismos ainda em gestação, com seus enganos escondidos, com suas realidades corrompidas ainda veladas. A Comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de alguns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria tornar uma realidade a conversão da propriedade individual, transformando os meios de produção – a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e de exploração do trabalho – em instrumentos do trabalho livre e associado. Porém, isso é o comunismo, o comunismo “impossível”! Contudo, os indivíduos das classes dominantes que são suficientemente inteligentes para dar-se conta da impossibilidade da continuidade do atual sistema – e não são poucos – ergueram-se como apóstolos enfadonhos e altissonantes da produção cooperativa. Pois bem, se a produção cooperativa tiver que ser algo mais que uma impostura e uma ilusão, terá que substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional seguindo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à constante anarquia e às convulsões

periódicas, que são inevitáveis na produção capitalista, o que será isso senão o comunismo, o comunismo “possível”?

A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não possuem nenhuma utopia pronta para implantar por decreto do povo. Sabem que para conseguir sua emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual pelo seu próprio desenvolvimento econômico, terá que passar por longas lutas, por toda uma série de processos históricos, que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que brotam no interior da velha sociedade burguesa agonizante. Plenamente consciente de sua missão histórica e heroicamente decidida a trabalhar de acordo com ela, a classe operária pode rir das injúrias grosseiras dos lacaios da penas e tinteiro e da proteção professoral dos doutrinários burgueses bem intencionados, que derramam suas trivialidades ignorantes e manias sectárias com um tom enigmático de infalibilidade científica.

Quando a Comuna de Paris tomou a direção da revolução em suas próprias mãos, quando, pela primeira vez na história, simples operários se atreveram a violar o privilégio governamental de seus “superiores naturais” e, em circunstâncias de dificuldade sem precedentes, realizaram seu trabalho de um modo modesto, consciente e eficaz, com salários cujo mais alto mal atingia um quinto do que, segundo uma alta autoridade científica, professor Huxley, é o mínimo necessário para uma secretária de um conselho de instrução escolar de Londres, o velho mundo se contorceu em convulsões de raiva perante o espetáculo da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, tremulando sobre o *Hôtel de Ville*.

E, no entanto, esta foi a primeira revolução em que a classe operária era abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, até mesmo pela grande maioria da classe média de Paris – lojistas, artesãos, comerciantes – com a única exceção dos capitalistas ricos. A Comuna os salvou, mediante uma sagaz solução da constante fonte de discórdias dentro da própria classe média: o conflito entre credores e devedores. Estes mesmos elementos da classe média, depois de ter colaborado no esmagamento da Insurreição Operária de Junho de 1848, foram

sacrificados sem cerimônia aos seus credores pela Assembleia Constituinte da época. Porém, não foi este o único motivo que os levou a engrossar as fileiras da classe operária. Sentiam que escolheriam entre a Comuna e o Império, qualquer que fosse o rótulo sob o qual este ressuscitasse. O Império arruinara-os economicamente com sua dilapidação da riqueza pública, com as grandes fraudes financeiras que fomentou e com o apoio oferecido à concentração artificialmente acelerada de capital, que supunha a expropriação de muitos de seus componentes. O Império os oprimiu politicamente, os irritou moralmente com suas orgias e insultou seu voltairianismo ao ceder a educação de seus filhos aos freis ignorantes; e revoltou seu sentimento nacional francês ao lançá-los precipitadamente em uma guerra que só ofereceu uma compensação para todos os desastres que causou: a queda do Império. De fato, logo após a fuga da alta boemia bonapartista e capitalista, o autêntico Partido da Ordem da classe média surgiu sobre a forma de “União Republicana”, colocando-se sob a bandeira da Comuna e se pôs a defendê-la contra a deturpação premeditada de Thiers. Se a gratidão dessa grande massa da classe média vai resistir às duras provas, somente o tempo pode mostrar.

A Comuna tinha inteira razão ao dizer aos camponeses: “A nossa vitória é a vossa única esperança.” De todas as mentiras incubadas em Versalhes e difundidas pelo glorioso penny-a-liner² europeu, uma das mais tremendas foi a de que os Rurais representavam o campesinato francês. Pense-se só no amor do camponês francês pelos homens a quem teve de pagar, depois de 1815, um bilhão de indenização. Aos olhos do camponês francês, a própria existência de grandes latifundiários é em si uma usurpação sobre as suas conquistas de 1789. A burguesia, em 1848, o sobrecarregou com a taxa adicional quarenta e cinco centimos por franco sobre sua parcela de terra; mas o fazia, naquela época, em nome da revolução; agora, ao contrário, fomentou uma guerra civil contra a revolução para jogar sobre os ombros do camponês o fardo principal dos cinco mil milhões de indenização a pagar aos prussianos. A Comuna, por outro lado, numa das suas primeiras proclamações, declarava que os verdadeiros responsáveis pela guerra teriam que pagar seus custos. A Comuna teria libertado o camponês do imposto de sangue – ter-lhe-ia dado um governo econômico –, teria transformado os seus atuais

² Escritor barato que cobra um penny (centavo) por linha para vender seus escritos.

sanguessugas, o tabelião, o advogado, o coletor e outros vampiros judiciais, em agentes comunais assalariados, eleitos e responsáveis perante ele. Tê-lo-ia livrado da tirania do guarda de campo, do gendarme e do prefeito; teria colocado o esclarecimento pelo mestre-escola no lugar do embrutecimento realizado pelo padre. E o camponês francês é, acima de tudo, um homem calculador. Teria achado extremamente razoável que o pagamento do padre, ao invés de ser extorquido pelo cobrador de impostos, fosse dependente apenas da manifestação espontânea dos sentimentos religiosos dos paroquianos. Tais eram as grandes vantagens imediatas que o regime comunal oferecia – e só ele poderia oferecer – ao campesinato francês. Portanto, seria bastante supérfluo desenvolver aqui os problemas mais complicados, mas vitais, que só a Comuna estava apta, e ao mesmo tempo forçada, a resolver em favor dos camponeses, ou seja, a dívida hipotecária, que ameaçava destruir sua parcela de terra como um pesadelo, o crescimento diário do proletariado rural em seu detrimento, e o processo de expropriação dessa mesma parcela, imposta a um ritmo cada vez mais rápido pelo próprio desenvolvimento da agricultura moderna e da competição da produção agrícola capitalista.

O campesinato francês elegeu Luis Bonaparte presidente da República, porém o Partido da Ordem criou o Império. O que o camponês francês quer realmente, começou a demonstrá-lo em 1849 e 1850, ao opor seu administrador municipal ao prefeito do governo, seu mestre-escola ao padre do governo e sua própria pessoa ao gendarme do governo. Todas as leis promulgadas pelo Partido da Ordem em janeiro e fevereiro de 1850 foram medidas descaradas de repressão contra o campesinato. O campesinato era bonapartista porque a grande revolução, com todos os benefícios que ele havia conquistado, se personificava para ele em Napoleão. Porém, esta ilusão rapidamente foi destruída sob o segundo Império (que era, por sua própria natureza, hostil aos Rurais), este preconceito do passado, como poderia ter resistido ao apelo da Comuna aos interesses vitais e necessidades urgentes do campesinato?

Os Rurais — era essa, de fato, a sua principal apreensão — sabiam que três meses de comunicação livre da Paris comunal com as províncias levaria a uma sublevação

geral dos camponeses; daí a sua ânsia em estabelecer um bloqueio policial em torno de Paris, tal como se fosse evitar a propagação da peste bovina.

A Comuna sendo a verdadeira representante de todos os elementos sãos da sociedade francesa e, portanto, o verdadeiro governo nacional, ela era ao mesmo tempo, como governo operário e campeão audacioso da emancipação do trabalho, enfaticamente internacional. Aos olhos do exército prussiano, que tinha anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexava à França o povo trabalhador de todo o mundo.

O Segundo Império foi o jubileu da vigarice cosmopolita, com os devassos de todos os países a lançarem o seu apelo para a participação em suas orgias e na pilhagem do povo francês. Hoje, todavia, o braço direito de Thiers é Ganesco, o valáquio³ imundo, e o seu braço esquerdo é Markovski, o espião russo. A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. Entre a guerra estrangeira, perdida pela traição da burguesia, e a guerra civil, provocada pela sua conspiração com o invasor estrangeiro, a burguesia tinha encontrado tempo para exibir o seu patriotismo organizando caçadas policiais aos alemães em França. A Comuna fez de um operário alemão [Leo Frankel] o seu ministro do Trabalho. Thiers, a burguesia, o segundo Império, tinham continuamente enganado a Polônia com ruidosas profissões de simpatia, entregando-a, na realidade, à Rússia, e fazendo o trabalho sujo desta. A Comuna honrou os filhos heróicos da Polônia [J. Dabrowski e W. Wróblewski] colocando-os à cabeça dos defensores de Paris. E, para marcar nitidamente a nova era da história que ela estava inaugurando conscientemente, a Comuna derrubou símbolo colossal da glória marcial, a coluna Vendôme, sob os olhos dos vencedores prussianos, por um lado, e do exército bonapartista dirigido por generais bonapartistas, por outro.

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência ativa. As suas medidas especiais não podiam senão denotar a tendência de um governo do povo pelo povo. Tais foram a abolição do trabalho noturno dos oficiais de padaria; a proibição, com penalização, da prática dos patrões que consistia em reduzir salários cobrando multas a gente que trabalha para eles, sob variados pretextos — um processo em que o

³ Original da Waláquia, província histórica da Romênia.

patrão combina na sua própria pessoa os papéis de legislador, de juiz e de executor, e embolsa o dinheiro. Outra medida desta espécie foi a entrega a associações de operários, sob reserva de compensação, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas respectivos tivessem fugido quer tivessem preferido parar o trabalho.

As medidas financeiras da Comuna, notáveis pela sua sagacidade e moderação, só podiam ser as que eram compatíveis com o estado de uma cidade sitiada. Considerando os roubos colossais cometidos sobre a cidade de Paris pelas grandes empresas financeiras e pelas empreiteiras, com a proteção de Haussmann, a Comuna faria jus a confiscar seus bens – de forma incomparavelmente mais justa – do que Louis-Napoleão teve contra a família Orléans. Os Hohenzollern e os oligarcas ingleses, que colheram, uns e outros, uma grande parte das suas propriedades da pilhagem da Igreja, ficaram grandemente chocados, naturalmente, com os apenas 8000 francos que a Comuna retirou da secularização.

Enquanto o governo de Versalhes, mal recuperou algum ânimo e alguma força, usava os meios mais violentos contra a Comuna; enquanto suprimia a liberdade de expressão do pensamento por toda a França, proibindo mesmo reuniões de delegados das grandes cidades; enquanto submetia Versalhes e o resto da França a uma espionagem que ultrapassou de longe a do segundo Império; enquanto fazia queimar pelos seus inquisidores-gendarmes todos os jornais impressos em Paris e inspecionava toda a correspondência de e para Paris; enquanto na Assembleia Nacional as mais tímidas tentativas para colocar uma palavra a favor de Paris eram submergidas em gritaria, de uma maneira desconhecida mesmo da *Chambre introuvable* de 1816; com a guerra selvagem de Versalhes fora de Paris e, dentro, as suas tentativas de corrupção e conspiração — não teria a Comuna atraído vergonhosamente a sua segurança, pretendendo respeitar todas as boas maneiras e aparências de liberalismo como num tempo de profunda paz? Tivesse o governo da Comuna sido semelhante ao de M. Thiers e não teria havido mais ocasião para suprimir jornais do partido da ordem em Paris do que houve para suprimir jornais da Comuna em Versalhes.

Era verdadeiramente irritante para os “rurais” que, ao mesmo tempo em que eles preconizavam que o único meio para salvar a França era a volta ao seio da Igreja, a

Comuna pagã descobrira os mistérios do convento de freiras de Picpus e da igreja de Saint-Laurent. Era uma sátira contra M. Thiers o fato de que, enquanto ele fazia chover grã-cruzes sobre os generais bonapartistas, em reconhecimento da sua maestria na arte de perder batalhas, a assinar capitulações e a enrolar cigarros em Wilhelmsöhe, a Comuna demitia e prendia os seus generais sempre que eram suspeitos de negligência para com os seus deveres. A expulsão e prisão, pela Comuna, de um dos seus membros, que nela se tinha esgueirado sob um falso nome e sofrido seis dias de prisão em Lyon por falência simples, não era um insulto deliberado, atirado a Jules Favre, o falsário, então ainda ministro dos Negócios Estrangeiros de França, ainda a vender a França a Bismarck e ainda a ditar as suas ordens a esse governo-modelo da Bélgica? Mas, na verdade, a Comuna não aspirava à infalibilidade, o atributo invariável de todos os governos de velho cunho. Ela publicava as suas ações e palavras e tornava público suas imperfeições.

Em todas as revoluções, ao lado dos seus verdadeiros representantes, aparecem homens de outra natureza. Alguns deles, sobreviventes e devotos de revoluções passadas, sem visão do momento atual, porém donos de influência sobre o povo, por sua conhecida honra e coragem, ou simplesmente pela força da tradição; outros, simples charlatães que devido ao fato de repetir ano após ano as mesmas declarações estereotipadas contra o governo do dia, aparentavam ter uma reputação de revolucionários autênticos. Depois de 18 de março também apareceram homens deste tipo e em alguns casos imaginaram desempenhar papéis de destaque. Na medida em que seu poder o permitiu, dificultaram a verdadeira ação da classe operária, da mesma forma que outros de sua espécie dificultaram o pleno desenvolvimento de todas as revoluções anteriores. Estes elementos constituem um mal inevitável; com o tempo são arrebatados, mas a Comuna não teve esse tempo.

Prodigiosa, na verdade, foi a mudança que a Comuna operou em Paris! Não mais qualquer traço da Paris meretrícia do segundo Império. Paris já não era o ponto de encontro dos senhores da terra britânicos, dos absenteístas irlandeses⁴, dos ex-

⁴ Grandes proprietários de terras que não moravam em suas propriedades, sendo gerida por outros, e que era geralmente arrendada para terceiros.

escravistas e ricos feitos à pressa⁵ americanos, dos ex-proprietários de servos russos e dos boiardos valáquios. Não mais cadáveres na morgue nem arrombamentos nocturnos, quase nenhuns roubos; de fato, pela primeira vez desde os dias de Fevereiro de 1848, as ruas de Paris eram seguras, e isto sem qualquer polícia de qualquer espécie.

Que maravilhosa mudança, na verdade, foi realizada pela Comuna de Paris! Daquela Paris corrompida do Segundo Império, não havia nem rastro. Paris já não era o lugar de encontro dos latifundiários ingleses, absentéistas irlandeses, ex-escravista, novos ricos norte-americanos, ex-proprietários russos de servos e boiardos da Valáquia. Já não havia cadáveres no necrotério, nem assaltos nocturnos, mas apenas um ou outro roubo. Pelo primeira vez, desde os dias de fevereiro de 1848, era possível andar seguro pelas ruas de Paris e sem haver nenhum tipo de polícia.

“Já não se houve falar – dizia um membro da Comuna – de assassinatos, roubos e assaltos pessoais, a polícia tinha arrastado junto com ela para Versalhes todos os seus amigos conservadores”.

As prostitutas haviam descoberto o caminho de fuga dos seus protetores, homens de família, da religião e, sobretudo, da propriedade. Em seu lugar, voltaram a aparecer na superfície as autênticas mulheres de Paris, heróicas, nobres e abnegadas com as mulheres da antiguidade. Paris trabalhava e pensava, lutava e dava seu sangue, radiante no entusiasmo de sua iniciativa história, dedicada a forjar uma nova sociedade, quase esquecida dos canibais que tinha às suas portas.

Oposto a este mundo novo em Paris, observe-se o mundo velho em Versalhes — essa assembleia dos vampiros de todos os regimes defuntos, legitimistas e orleanistas, ávidos de se alimentarem da carcaça da nação — com uma cauda de republicanos antediluvianos, sancionando com a sua presença na Assembleia a rebelião dos escravistas, fiando-se, para a manutenção da sua república parlamentar, na vaidade do charlatão senil à sua cabeça, e caricaturando 1789 ao realizarem as suas reuniões de espectros no *Jeu de Paume*⁶. Ali estava ela, essa Assembleia, a representante de tudo o que estava morto na França, mantida numa aparência de vida só pelos sabres dos

⁵ Nome fornecido àqueles que se enriqueceram rapidamente com a guerra civil americana.

⁶ Literalmente “jogo de péla”, sala de jogos onde as decisões foram tomadas em 1789

generais de Louis Bonaparte. Paris toda ela verdade, Versalhes toda ela mentira; e essa mentira, exalada pela boca de Thiers.

Thiers diz a uma delegação de prefeitos de Seine-et-Oise: “lhes dou a minha palavra, à qual nunca faltei”.

Ele diz à própria Assembleia que “ela é a mais livremente eleita e mais liberal que a França já teve”; Diz à sua soldadesca heterogênea que ela era “a mais admirada do mundo e o mais belo exército que a França já teve”; diz às províncias que o bombardeio de Paris, por ele, era um mito: “Se alguns tiros de canhão foram disparados, não foi pelo exército de Versalhes, mas por alguns rebeldes, para fazer crer que estão lutando quando nem sequer ousam mostrar-se”. Diz outra vez às províncias que “a artilharia de Versalhes não bombardeia Paris, apenas a canhoneia”. Diz ao arcebispo de Paris que as pretensas execuções e represálias (!) atribuídas às tropas de Versalhes era tudo disparate. Diz a Paris que só estava ansioso “por libertá-la dos horríveis tiranos que a oprimem” e que, na realidade, a Paris da Comuna não era “mais do que um punhado de criminosos”.

A Paris do senhor. Thiers não era a Paris real da “vil multidão”, mas uma Paris fantasma, a Paris dos *franc-fileurs*⁷, homens e mulheres da Paris dos *Boulevards*,⁸ - a Paris rica, capitalista, dourada, ociosa, que se amontoava agora em Versalhes, Saint-Denis, Rueil e Saint-Germain com os seus lacaios, os seus fura-greves, a sua boemia literária e as suas prostitutas; que considerava a guerra civil só uma diversão agradável, que olhava o desenrolar da batalha através de telescópios, que contava os tiros de canhão e jurava pela sua própria honra e pela das suas prostitutas que o espetáculo estava de longe mais bem montado do que o que costumava ser à Porte-Saint-Martin. Os homens que caíam estavam realmente mortos; os gritos dos feridos eram gritos mesmo a sério; e, além disso, a coisa era toda ela tão intensamente histórica.

⁷ Franco-fugitivos, jogo de palavras que manifesta ironia devido sua semelhança com “franco-atiradores”, forma como os burgueses que fugiram de Paris após o cerco da cidade.

⁸ Expressão utilizada para denominar a modernização de Paris realizada sob Napoleão II e pelo prefeito e arquiteto Barão Georges-Eugène Haussmann, no século 19, também chamada de “Cidade da Luz”, na qual a arborização e alongamento das avenidas visavam tornar mais imponente e vistosa as avenidas e dificultar a formação de barricadas ao permitir canhões e tropas passarem por elas.

É esta a Paris do Sr. Thiers, como a emigração de Koblenz era a França de M. de Calonne.